SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA

ATO DO SUBSECRETÁRIO

PORTARIA SSER Nº 356 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2024

ACRESCENTA MERCADORIAS AO ANEXO ÚNICO DA PORTARIA SSER Nº 347/2023, QUE DISPÕE SOBRE A BASE DE CÁLCULO DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA DO ICMS NAS OPERAÇÕES COM CERVEJA, CHOPE, ÁGUA MINERAL, REFRIGERANTES, BEBIDAS HIDROELETROLÍTICAS (ISOTÔNICAS) E ENERGÉTICAS.

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE RECEITA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no § 4º do artigo 1º e no artigo 6º da Resolução SEFAZ nº 358 de 13 de dezembro de 2018 e o constante dos autos do processo nº SEI-040006/000339/2024,

RESOLVE:

Art. 1º - Ao Anexo Único da Portaria SSER nº 347 de 15 de dezembro de 2023 ficam acrescentadas as seguintes mercadorias:

I- CERVEJAS						
1.4 - OUTRAS MARCAS						
Subitem	**Marca**	**Volume (ml)**	**Alumínio Descartável**	**Lata**	**Vidro Descartável**	**Vidro/PET Retornável**
1.4.95	Wienbier 58 Vinho	350	6,02			
1.4.96	Wienbier 58 Vinho	473	7,11			
1.4.97	Wienbier 58 VInho	710	11,11			
1.4.98	Wienbier 58 Vinho White	710	11,11			
1.4.99	Wienbier 58 Vinho	1500	16,48			

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2024

ADILSON ZEGUR
Subsecretário de Estado de Receita

Id: 2545782

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

ATO DA SUPERINTENDENTE

DE 15/02/2024

DESIGNA MARCO ANTONIO SANTOS DA CONCEICAO, Analista da Fazenda Estadual, Identidade Funcional nº 1938864-0, para exercer a função de Agente de Pessoal das Unidades Administrativas: 120201060000000, 120201060200000 e 120201060300000 - da Superintendência de Tributação, da Subsecretaria de Estado de Receita, cessando os efeitos do ato que designou KATIA REGINA GONÇALVES BORGES, Analista da Fazenda Estadual, identidade funcional nº 1946811-3. Processo nº SEI-04/0058/000153/2023.

Id: 2545628

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

ATOS DA SUPERINTENDENTE

DE 16/02/2024

DESIGNA DANIELE ALEXANDRE LOURENÇO, Analista da Fazenda Estadual, identidade funcional nº 5033381-0, para exercer a função de Agente de Pessoal da Unidade Administrativa: 120206020010000 - do Fundo de Administração Fazendária, do Departamento Geral de Administração e Finanças, da Subsecretaria de Administração, da Secretaria de Estado de Fazenda, com validade a contar de 31.08.2023. Processo nº SEI-040204/000627/2023.

DESIGNA CRISTINA MARIA GIL DA SILVA, identidade funcional nº 1952415-3, para exercer a função de Agente de Pessoal da Unidade Administrativa: 120201050206000 - da Auditoria Fiscal Regional - Norte Fluminense - 24.01, da Coordenadoria das Auditorias Regionais, da Superintendência de Atendimento ao Contribuinte, da Subsecretaria de Estado de Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda, com validade a contar de 08.02.2023. Processo nº SEI-040204/000153/2023.

DESIGNA CRISTIANE ALMEIDA FELIX, Analista da Fazenda Estadual, identidade funcional nº 4455831-7, para exercer a função de Agente de Pessoal da Unidade Administrativa: 120201100000000 - da Junta de Revisão Fiscal, da Subsecretaria de Estado de Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda, cessando os efeitos do ato que designou KARIEN CRISTINA SANTOS DE MELO, Analista da Fazenda Estadual, identidade funcional nº 4419159-6, com validade a contar de 01.11.2023. Processo nº SEI-040057/000003/2023.

DESIGNA LUCIANA DUTRA DA SILVA, identidade funcional nº 4329254-2, para exercer a função de Agente de Pessoal das Unidade Administrativa: 120201050210000 - da Auditoria Fiscal Regional - Metropolitana 33.01, da Coordenadoria das Auditorias Regionais, da Superintendência de Atendimento ao Contribuinte, da Subsecretaria de Estado de Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda, cessando os efeitos do ato que designou DANIELE ALEXANDRE LOURENÇO, Analista da Fazenda Estadual, identidade funcional nº 5033381-0, com validade a contar de 31.08.2023. Processo nº SEI-040204/000591/2022.

Id: 2545904

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE

DE 16/02/2024

PROCESSO Nº SEI-E-04/304635/1996 - DAVID MEYER PAZUELLO, Auditor Fiscal da Receita Estadual 1ª Categoria, Id. Funcional nº 1939494-2. CONCEDO 06 (seis) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo art. 129, do Decreto nº 2.479/79, relativa aos períodos base de tempo de serviço apurados de: 15/01/2011 a 13/01/2016 e 14/01/2016 a 11/01/2021.

Id: 2545909

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE

DE 15/02/2024

PROCESSO Nº SEI-040204/000765/2023 - Luciana Vicky Mazloum, Analista em Finanças Públicas, Id. Funcional nº 5010194-3 - AUTORIZO o pagamento do Adicional de Qualificação, em atendimento ao contido na Resolução SEFAZ-RJ nº 522, de 20 de agosto de 2012, a partir do mês subsequente ao requerimento, nos termos do art. 1º §1º, da citada Resolução.

Id: 2545551

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE TRIBUTAÇÃO

ATO DO SUPERINTENDENTE

PORTARIA SUT Nº 603 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2024

DIVULGA A BASE DE CÁLCULO DO ICMS NAS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS COM CAFÉ CRU, NO PERÍODO DE 19 A 25 DE FEVEREIRO DE 2024.

O SUPERINTENDENTE DE TRIBUTAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 37, inciso XII, do Anexo da Resolução SEFAZ nº 414, de 25 de julho de 2022, tendo em vista o disposto na cláusula segunda do Convênio ICMS 15/90, de 30 de maio de 1990, e na cláusula primeira do Protocolo ICMS 07/90, e o que consta no Processo nº SEI-040006/002924/2024,

RESOLVE:

Art. 1º - A base de cálculo do ICMS nas operações interestaduais com café cru, para o período de 19 a 25 de fevereiro 2024 é o valor da saca de 60 (sessenta) quilogramas em dólares dos Estados Unidos da América, conforme a espécie:

I - café arábica: US$ 213,0000

II - café conillon: US$ 171,0000

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2024

MARCOS SPENCER DE OLIVEIRA MAIA
Superintendente de Tributação

Id: 2545896

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

ATO DO SUBSECRETÁRIO

***PORTARIA SUBCINT/SEFAZ Nº 33 DE 25 DE JANEIRO DE 2024**

INSTAURA SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA E DESIGNA SERVIDOR.

O SUBSECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, e

- o disposto no Decreto nº 2.479, de 08 de março de 1979, que aprovou o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

- o disposto no Decreto nº 7.526, de 06 de setembro de 1984, que aprovou o Manual do Sindicante;

- o constante do Processo SEI-040177/000066/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar sindicância, de natureza investigativa, para apuração sumária em razão da ocorrência de multa e juros por ausência de informações da Base de Cálculo da Retenção e do Valor da Contribuição Previdenciária, atinentes à Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e emitida por pessoa jurídica, para o período de março/2023.

Art. 2º - Designar para realizar a Sindicância, como sindicante, a servidora Alessandra Cherem Alves, Id. Funcional nº 5005991-2, e como suplente, o servidor Bruno Prezotto Lima, Id. Funcional nº 4427294-4.

Art. 3º - Em caso de ausência da sindicante, o suplente assumirá a titularidade, enquanto perdurar a ausência.

Art. 4º - A documentação da sindicância deverá ser autuada em processo eletrônico apartado e específico para a apuração a ser realizada.

Art. 5º - A servidora designada deverá realizar a sindicância no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste ato, podendo ser prorrogado nos termos do art. 13 do Decreto nº 7.526/1984.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2024

FRANCISCO PEREIRA IGLESIAS
Subsecretário de Controle Interno

*Republicado por incorreção no original publicado no D.O. de 29/01/2024.

Id: 2545709

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Decisão proferida na Sessão Ordinária por videoconferência do dia 07/12/2023

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº SEI-20071001/000011/2020.

Recurso nº. 81228. - Processo nº. SEI-040006/000868/2022. - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: TRASTEVERE ACESSÓRIOS DE MODA E VESTUÁRIO LTDA. - Relator: Conselheiro Alvaro Marques Neto. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso de ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 20.414. - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão dos julgadores de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Id: 2545639

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Decisão proferida na Sessão Ordinária por videoconferência do dia 06/09/2023

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº SEI-20071001/000011/2020.

Recurso nº. 79906. - Processo nº. SEI-040023/000183/2022. - Recorrente: EXPRESSO ALVORADA S/A. - Recorrida: NONA TURMA DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relator: Conselheiro Alvaro Marques Neto. - DECISÃO: Pelo volto de qualidade, foi dado provimento ao recurso ao recurso voluntário, nos termos do voto da Conselheira Luciana Dornelles do Espírito Santo, designada Redatora do acórdão. Vencidos os Conselheiros Relator e Fabia Trope de Alcântara, que negavam provimento ao recurso. - Acórdão nº. 20.277. - EMENTA: ICMS. DIREITO AO CRÉDITO. EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE CARGA QUE ADQUIRE COMBUSTÍVEIS PARA A CONSECUÇÃO DE SUA ATIVIDADE. Para as empresas transportadoras, óleo diesel não é considerado material de uso e consumo, mas sim insumo utilizado diretamente na atividade de transporte e sem o qual o serviço não pode ser executado. Ademais, como já decidido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, irrelevante se o combustível é ou não adquirido diretamente de distribuidoras, uma vez que a LC nº 87/1996 ampliou a possibilidade de creditamento, com referência apenas à vinculação dos insumos à atividade do estabelecimento. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

Id: 2545640

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Decisões proferidas na Sessão Ordinária por videoconferência do dia 04/12/2023

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº SEI-20071001/000011/2020.

Recurso nº. 80096. - Processo nº. SEI-040025/000233/2022. - Recorrente: PRT DA SERRA COMÉRCIO DE RAÇÕES ROUPAUTH LTDA. - Recorrida: QUARTA TURMA DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relator: Conselheiro Alvaro Marques Neto. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de nulidade do Auto de Infração, suscitada pela Recorrente. No mérito, também por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 20.391. - EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - EFD. DEIXAR DE ENTREGAR OS ARQUIVOS DA EFD DENTRO DO PRAZO PREVISTO NA TERCEIRA INTIMAÇÃO FISCAL EMITIDA. PRELIMINAR DE NULIDADE DO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. O Auto de Infração deve conter a indicação dos dispositivos legais que fundamentam a exigência de crédito tributário. Não há, porém, obrigatoriedade de mencionar todos os dispositivos no campo 05 do Auto de Infração. A citação dos dispositivos legais no relato do auto de infração é suficiente para possibilitar a compreensão da matéria em julgamento e o exercício do direito de defesa. Não ocorreu a lavratura de Autos em duplicidade. A Lei n.º 2657/1996, na redação dada pela Lei n.º 6357/2012, prevê penalidades distintas para a falta períodos em que houve operações com mercadorias e falta de entrega de arquivos nos casos em que não houve operações. Correta também a lavratura de autos de infração distintos, para aplicação da penalidade mais adequada à infração cometida. Observada a autonomia dos estabelecimentos. Penalidade aplicada em conformidade com a legislação. Auto de Infração que contém todos os elementos necessários à sua validade. Não caracterizado prejuízo ao direito de defesa ou qualquer outro vício capaz de ensejar a nulidade do lançamento. Preliminar de nulidade do lançamento rejeitada. MÉRITO. O contribuinte excluído de ofício do regime tributário do Simples Nacional fica obrigado ao cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação para os contribuintes sujeitos ao regime normal. Incontroverso que a Recorrente deixou de enviar os arquivos da EFD, mesmo após a terceira intimação específica. Descabido o pedido de redução da penalidade. Limite legal aplicável para cada arquivo da EFD que deixou de ser enviado, e não para o auto de infração. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.

Recurso nº. 80097. - Processo nº. SEI-040025/000234/2022. - Recorrente: PRT DA SERRA COMÉRCIO DE RAÇÕES ROUPAUTH LTDA. - Recorrida: QUARTA TURMA DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relator: Conselheiro Alvaro Marques Neto. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de nulidade do Auto de Infração, suscitada pela Recorrente. No mérito, também por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 20.392. - EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - EFD. DEIXAR DE ENTREGAR OS ARQUIVOS DA EFD DENTRO DO PRAZO PREVISTO NA TERCEIRA INTIMAÇÃO FISCAL EMITIDA. PRELIMINAR DE NULIDADE DO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. O Auto de Infração deve conter a indicação dos dispositivos legais que fundamentam a exigência de crédito tributário. Não há, porém, obrigatoriedade de mencionar todos os dispositivos no campo 05 do Auto de Infração. A citação dos dispositivos legais no relato do auto de infração é suficiente para possibilitar a compreensão da matéria em julgamento e o exercício do direito de defesa. Não ocorreu a lavratura de Autos em duplicidade. A Lei n.º 2657/1996, na redação dada pela Lei n.º 6357/2012, prevê penalidades distintas para a falta períodos em que houve operações com mercadorias e falta de entrega de arquivos nos casos em que não houve operações. Correta também a lavratura de autos de infração distintos, para aplicação da penalidade mais adequada à infração cometida. Observada a autonomia dos estabelecimentos. Penalidade aplicada em conformidade com a legislação. Auto de Infração que contém todos os elementos necessários à sua validade. Não caracterizado prejuízo ao direito de defesa ou qualquer outro vício capaz de ensejar a nulidade do lançamento. Preliminar de nulidade do lançamento rejeitada. MÉRITO. O contribuinte excluído de ofício do regime tributário do Simples Nacional fica obrigado ao cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação para os contribuintes sujeitos ao regime normal. Incontroverso que a Recorrente deixou de enviar os arquivos da EFD, mesmo após a terceira intimação específica. Descabido o pedido de redução da penalidade. Limite legal aplicável para cada arquivo da EFD que deixou de ser enviado, e não para o auto de infração. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.

Recurso nº. 80098. - Processo nº. SEI-040025/000235/2022. - Recorrente: PRT DA SERRA COMÉRCIO DE RAÇÕES ROUPAUTH LTDA. - Recorrida: QUARTA TURMA DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relator: Conselheiro Alvaro Marques Neto. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de nulidade do Auto de Infração, suscitada pela Recorrente. No mérito, também por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 20.393. - EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. DECLAN-IPM. DEIXAR DE ENTREGAR AS DECLARAÇÕES DENTRO DO PRAZO PREVISTO NA TERCEIRA INTIMAÇÃO FISCAL EMITIDA. PRELIMINAR DE NULIDADE DO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. O Auto de Infração deve conter a

Impresa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sábado, 17 de Fevereiro de 2024 às 23:55:25 -0300.